

O NOVO ESTATUTO DA ADVOCACIA E OS JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS

LUIS FELIPE SALOMÃO*

Juiz de Direito no Estado do Rio de Janeiro

1. Notas e comentários

Algo em torno de 80% da nossa população é considerada carente, na acepção social e jurídica do termo, já que não pode pagar as custas, honorários de advogado e despesas de um processo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. E mesmo aqueles que reúnem condições para tais gastos, são afastados do Judiciário por variados motivos (**v.g.** tempo longo para solução da demanda).

Garantia maior da cidadania, um dos fundamentos do Estado democrático (artigo 1º, II, da CF), é o acesso ao Judiciário – por sua vez –, um dos mais importantes direitos fundamentais elencados na CF (art. 5º, XXXV e LXXIV).

A partir da Lei 7.244/84, sensível ao grave problema da falta de acesso à Justiça por grande camada social, o legislador criou os Juizados de Pequenas Causas, objetivando o processo e julgamento de causas cíveis de reduzido valor econômico.

A experiência frutificou e vários Juizados de Pequenas Causas foram instalados, espalhando-se por todo o Brasil, contagiando a todos que têm a oportunidade de neles trabalhar e verificar a presteza e o sucesso nas soluções dos litígios. Verificando as estatísticas do Juizado de Pequenas Causas da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, constata-se que somente de janeiro a março/94 foram ajuizadas cerca de 995 demandas, e, menos de três meses depois (junho/94), 774 das causas haviam terminado, por acordo ou por decisão judicial definitiva. E vale frisar um ponto muito importante, além da rapidez da prestação jurisdicional: as soluções ocorreram sem nenhum gasto para as partes.

Bem por isso, aliás, na esteira de tais resultados sempre estimulantes alcançados pelos Juizados de Pequenas Causas, o legislador Constituinte houve por bem obrigar os Estados a criarem Juizados Especiais para julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo (art. 98, I, Constituição Federal).

A Lei Especial 7.244/84, anterior, teve, por isso, nítida inspiração de facilitar o acesso à Justiça nas causas que menciona, em cumprimento a preceitos constitucionais (repetidos no art. 5º, XXXIV e XXXV da CF/88, porque já previstos na Constituição antecedente), por isso que outra lei, que regula matéria diversa (Estatuto da Advocacia e OAB), não poderia alterá-la – pena de arranhar a Constituição.

Até porque

...a disposição especial (de uma lei) não revoga a geral (de outra), nem a geral revoga a especial, senão quando a ela, ou ao seu assunto, se referir, alterando-a. Em consequência, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, é a aplicação do art. 4º da antiga Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro e o art. 2º, § 2º, da Lei atual, que reciprocamente se completam (VICENTE RÃO, "O Direito e a Vida dos Direitos", Ed. RT, vol. 01, 3ª ed., p. 303).

Mas não é só. A Lei 7.244/84 visa, portanto, a criação dos Juizados de Pequenas Causas para facilitar o acesso à Justiça, permitindo o julgamento de demandas de reduzido valor econômico (art. 1º), estas consideradas as que versarem sobre direitos patrimoniais não excedentes do limite de 20 salários mínimos à data da propositura da ação (art. 3º). Como poderia a nova lei exigir a contratação de advogado para postulação em tais Juizados, se os honorários mínimos (fixados por tabela da Classe) do profissional quase que alcançam o teto máximo legal. Para que, então, ir a Juízo?

Além do mais, o novel Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94) estabelece que é função privativa de advocacia a postulação junto aos Juizados Especiais (art. 1º, I). Juizados Especiais, à toda evidência, são aqueles do art. 98, I, da CF, que, por ser norma suprema e prevalente, retirou a denominação "especial" daqueles Juizados regulados pela Lei 7.244/84.

Referindo-se, pois, expressamente, aos Juizados Especiais, deve-se interpretar que a Lei 8.906/94 quis excluir de seu âmbito os Juizados de Pequenas Causas da Lei 7.244/84.

Vários pronunciamentos já existem, quer no sentido da inconstitucionalidade do dispositivo enfocado (Comunicado nº 70/94 da E. Corregedoria Geral de São Paulo, publicado no DOE-SP de 27.07.94), quer no sentido da inaplicabilidade do art. 1º, I, da Lei 8.906/94 às hipóteses pertinentes aos Juizados de Pequenas Causas (confira-se excelente artigo de NAGIB SLAIBI FILHO publicado no "Jornal do Comércio" do dia 05.08.94).

O Pretório Excelso, também, apreciando pedido formulado pela gloriosa Associação de Magistrados Brasileiros, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.127-8/94 (Medida Liminar), concedeu-a para suspender a eficácia do mencionado dispositivo, ficando excluída a obrigatoriedade de assistência de advogado para ingresso nos Juizados de Pequenas Causas, à Justiça do Trabalho e à Justiça de Paz – ressaltando, apenas, os Juizados Especiais previstos no art. 98, I, da Constituição Federal.

O filósofo Platão declarou "que a justiça nada mais é do que a conveniência do mais forte". A sociedade, ao longo dos tempos, vem tentando demonstrar o desacerto da proposição (quase um vaticínio...), procurando descobrir fórmulas de modo a possibilitar a todos – fortes e fracos, pobres e ricos – que obtenham o mais rápido e de forma mais eficaz possível o reconhecimento de seus direitos estabelecidos nas

diversas leis dos variados países. A sociedade moderna, especialmente nos países desenvolvidos (**vide** as **Small Claims Courts** nos EUA), incentiva cada vez mais os Juizados de Pequenas Causas, sem custos e sem a necessidade de assistência de advogado, como maneira para diminuir as barreiras do acesso à Justiça.

Será que, mais uma vez, trilharemos o caminho inverso dos fatos históricos?

A resposta depende de como será aplicada a nova lei.

2. Decisão do Supremo Tribunal Federal – Acórdão

I – STF; competência originária; *habeas corpus* contra coação imputada à turma de recursos dos juizados especiais (CF, art. 98, I).

II – Juizado especial; competência penal; "infrações penais de menor potencial ofensivo"; critério e competência legislativa para defini-las; exigência de lei federal.

Habeas Corpus N° 71.713–6 – Paraíba – T.P. – Presidente: Min. OCTAVIO GALLOTTI – Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – Impetrantes: Marcos William Guedes de Arruda e outros – Coator: Juizado Especial de Pequenas Causas da Comarca de Campina Grande (Turma Recursal Criminal).

1. Na determinação da competência dos Tribunais para conhecer de **habeas corpus** contra coação imputada a órgãos do Poder Judiciário, quando silente a Constituição, o critério decisivo não é o da superposição administrativa ou o da competência penal originária para julgar o magistrado coator ou integrante do colegiado respectivo, mas sim o da hierarquia jurisdicional (cf. HC 71.524. questão de ordem, Plen., 10.10.94, M. ALVES).

2. Os tribunais estaduais não exercem jurisdição sobre as decisões das turmas de recurso dos juizados especiais, as quais se sujeitam imediata e exclusivamente à do Supremo Tribunal, dada a competência deste, e só dele, para revê-las, mediante recurso extraordinário (cf. Red. 470, Plen., 10.02.94, PERTENCE); donde só poder tocar ao STF a competência originária para conhecer de **habeas corpus** contra coação a elas atribuída.

3. Votos vencidos no sentido da competência do Tribunal de Justiça do Estado.

4. As penas cominadas pela lei penal traduzem presumidamente a dimensão do potencial ofensivo das infrações penais, sendo legítimo, portanto, que as tome a lei como parâmetro da competência do Juizado Especial.

5. A matéria, contudo, é de processo penal, da competência legislativa exclusiva da União.

6. Dada a distinção conceitual entre os juizados especiais e os juizados de pequenas causas (cf. STF, ADIn 1.127, Cautelar, 28.09.94, BROSSARD), aos primeiros não se aplica o art. 24, X, da Constituição, que outorga competência concorrente ao Estado-membro para legislar sobre o processo perante os últimos.

7. Conseqüente inconstitucionalidade da lei estadual que, na ausência de lei federal a respeito, outorga competência penal a juizados especiais e lhe demarca o âmbito material.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, preliminarmente, por maioria de votos, em conhecer do pedido, e, no

mérito, por unanimidade de votos, em deferir o pedido de **habeas corpus**, para anular o processo, nos termos do voto do Relator, e declarar a inconstitucionalidade do art. 59, da Lei nº 5.466/91, do Estado da Paraíba.

Brasília-DF, 26 de outubro de 1994.

RELATÓRIO

O Sr. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE: – Denunciados pelos crimes de perigo de vida e de omissão de socorro a vítima de descarga elétrica de um fio de alta tensão, os pacientes foram condenados pelo Juizado Especial Criminal da Comarca de Campina Grande-PB, à pena de 1 ano de detenção, como incursos no art. 135, parágrafo único (omissão de socorro com resultado morte), combinado com o art. 29 do Código Penal, em regime aberto, concedido o **sursis** (sent. fls. 35/38).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 44/45).

A Turma Recursal Criminal, por maioria de votos, negou provimento à apelação (fls. 62/63). Acolheu embargos declaratórios, para declarar os fundamentos do voto vencido e as razões "pelas quais a infração atribuída aos embargantes se encontra no conceito constitucional de infração de pequeno potencial ofensivo" (fl. 71).

Daí o presente **habeas corpus** que alega:

a) inépcia da denúncia,

que não atendeu aos requisitos do art. 44 do Código de Processo Penal (**sic**), pois não qualificou os pacientes, não disse onde e quando ocorreu a suposta omissão de socorro, nem se a vítima faleceu dias depois e em que circunstâncias, arrimando-se unicamente nos elementos informativos do inquérito policial (fl. 6);

b) incompetência do Juizado Especial Criminal, à luz do art. 59, I, da Lei Estadual 5.466/91 – "mesmo que não se enxergasse aí a eiva de inconstitucionalidade, por não especificar o preceito quais as infrações de menor potencial ofensivo, delimitando objetivamente a competência funcional daquele objeto" – pois a jurisdição demarcada naquele preceito é restrita a processar e julgar os crimes "dolosos punidos com pena de reclusão até um ano ou de detenção até dois anos", ao passo que

"o delito de omissão de socorro, qualificado pelo evento morte e punível a título de dolo prevê a pena máxima de três anos de reclusão";

c) que,

citados em 03.11.92, para comparecerem à audiência de instrução e julgamento designada para 04.11.92, com a faculdade de arrolarem testemunhas até 48 horas antes, ou apresentá-las espontaneamente no ato (...) ambos se fizeram presentes acompanhados apenas de advogado...,

configurando-se cerceamento de defesa, dada a exigüidade do prazo de um dia entre a citação e audiência, impossibilitando o contato com pessoas que se dispusessem a comparecer espontaneamente e depor como testemunhas;

d) inconstitucionalidade do art. 62, § 2º, da referida lei estadual, quando dispõe que

as testemunhas, porventura ouvidas na esfera policial, somente serão novamente inquiridas se o Ministério Público ou a defesa afirmarem indispensáveis para o perfeito esclarecimento dos fatos;

e) assim, insubsistente a sentença condenatória, porque

o elemento subjetivo do delito de omissão de socorro, máxime na sua forma qualificada, só poderia ser provado através do depoimento das testemunhas em juízo, sendo inaceitável sua comprovação apenas pelo que elas disseram na polícia, ainda mais quando a defesa advertiu sobre a necessidade de inquiri-las sob o crivo do contraditório.

Conclui o impetrante pedindo a declaração incidental de inconstitucionalidade de expressões do art. 59, I e do art. 62, § 2º, da Lei Estadual 5.466/91, do Estado da Paraíba, bem como da nulidade da denúncia, da incompetência do Juizado Especial para julgar o delito de omissão de socorro em sua forma qualificada, e também a nulidade de todos os atos processuais desde o libelo acusatório (fl. 05).

No curso das férias forenses, o em. Min. CARLOS VELLOSO, no exercício da Presidência (art. 13, VIII, c/c art. 37, I, RISTF), indeferiu o pedido de medida liminar, **verbis** (fl. 102):

A competência, no caso, não me parece que seja do Supremo Tribunal Federal. Oportunamente, essa questão será apreciada e decidida. Não vejo configurados os requisitos do **fumus boni juris** e do **periculum in mora**. Indefiro, portanto, a liminar.

Requisitem-se informações.

Prestadas as informações (fls. 109/110), oficiou o il. Subprocurador-Geral MARDEM COSTA PINTO, que concluiu pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.

VOTO (PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA)

A primeira questão a enfrentar é a da competência do Supremo Tribunal para conhecer de pedido de **habeas corpus** contra decisão de turma de juízes de primeiro grau no julgamento de recurso contra sentença de juizados especiais, como previsto no art. 98, I, da Constituição, **verbis**:

Art. 98 – A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor

complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau;

Essas turmas, malgrado julguem recursos, não são tribunais, mas juizados.

Por isso mesmo, já se assentou que contra os seus acórdãos é admissível o recurso extraordinário, cabível em todas as "causas decididas em única ou última instância" (CF, art. 102, III), mas não, o recurso especial, que só cabe – a teor do art. 105, III, CF-, nas "causas decididas (...) pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios". (v.g., Recl. 470, Plen., 10.02.94, PERTENCE)

Daí, provavelmente, ao decidir do pedido de liminar, haja o em. Min. CARLOS VELLOSO, neste caso, posto em dúvida a competência do STF: não sendo tribunais, as turmas recursais de juizes de primeiro grau, é certo que a coação que delas dimane não se compreende no teor literal do art. 102, I, i, da Constituição,

A questão, não obstante, se me afigurou de maior complexidade.

Com efeito.

O Plenário vem de decidir que compete ao Superior Tribunal de Justiça – e não aos Tribunais de Justiça dos Estados -, julgar o **habeas corpus** contra decisão individual de juiz dos Tribunais de Alçada (HC 71.524, 10.10.94).

O relator originário, em. Min. NÉRI DA SILVEIRA, votou pela competência pelos Tribunais de Justiça, fundado em lhes tocar, e não ao STJ, o julgamento originário da ação penal proposta contra os juizes dos Tribunais de Alçada (Constituição Federal, arts. 96, III e 105, I, a).

A maioria, contudo – ratificando orientação já consolidada na Primeira Turma (HHCC 68.655, 70.465 e 71.050, M. ALVES; HC 71.077, C. MELLO) – afirmou a competência do STJ, porque, afora o STF, só ele, e não os Tribunais de Justiça, é que tem hierarquia jurisdicional sobre os Tribunais de Alçada.

Prevaleceu, assim, o voto do em. Min. MOREIRA ALVES, aos precedentes referidos, nos quais se lê:

... esta Corte, quando o relator é desembargador, já firmou jurisprudência no sentido de que é ela incompetente para julgar **habeas corpus** contra ele, em face do disposto na letra **c** combinada com a letra **a**, ambas do inciso I do art. 105 da Constituição Federal, que atribui ao Superior Tribunal de Justiça competência para processar e julgar originariamente **habeas corpus** quando o coator for qualquer das pessoas – e desembargador dos Tribunais de Justiça é uma delas – que estiver sujeita à jurisdição criminal dele.

No caso, porém, o relator não é desembargador, mas juiz de Tribunal de Alçada Criminal, autoridade que não está arrolada entre as a que alude o artigo 105, I, **a**, da Constituição Federal.

Apesar disso, e tendo em vista o sistema de competências concernentes ao **habeas corpus**, outra solução não há para manter a coerência desse sistema senão a de, por construção, atribuir-se, também nessa hipótese, competência ao Superior Tribunal de Justiça para o processamento e julgamento originários de **habeas corpus** em que figure como coator juiz de Tribunal de Alçada. Com efeito, a não ser com relação ao Supremo Tribunal Federal por não haver grau de jurisdição superior a ele, o **habeas corpus** contra juiz, órgão de Tribunal ou Tribunal é processado e julgado originariamente por Tribunal de grau de jurisdição superior ao daqueles. Assim sendo, **habeas corpus** contra juiz de Tribunal de Alçada não pode ser processado e julgado originariamente pelo próprio Tribunal de Alçada nem pelo Tribunal de Justiça do mesmo Estado, certo como é que este não é, no tocante a grau de jurisdição, superior àquele, já que ambos, nesse terreno, estão no mesmo plano no tocante à competência de cada um deles. Restariam, assim, para o processamento e julgamento originários de **habeas corpus** contra juiz de Tribunal de Alçada o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, A nenhum deles, porém, a

Constituição outorga competência expressa para tais processamento e julgamento originários, pois juiz de Tribunal de Alçada não é autoridade sujeita à jurisdição criminal originária de nenhum desses dois Tribunais, nem é autoridade cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, **i**, da Carta Magna). Assim sendo, e tendo em vista que não é sequer razoável que se considere, quanto a juizes hierarquicamente inferiores e pertencentes a Tribunais inferiores, embora também de segundo grau de jurisdição (como são os juizes de Tribunais de Alçada), que estão eles sujeitos a julgamento originário, quando tidos como coatores, de Tribunal superior (assim, o Supremo Tribunal Federal em face do Superior Tribunal de Justiça) àquele a que estão submetidos, nas mesmas condições, juizes (como os desembargadores) que lhes são hierarquicamente superiores, a competência para o processamento e julgamento originários de **habeas corpus** contra juiz de Tribunal de Alçada só pode caber, também, ao STJ.

Em síntese, assentou-se, pois, que, na determinação da competência dos Tribunais para conhecer de **habeas corpus** contra coação imputada a magistrados, no silêncio da Constituição, o critério decisivo não é o da superposição administrativa ou o da competência penal originária para julgar o coator, mas sim o da hierarquia jurisdicional.

Ora, também sobre as turmas de recurso dos juizados especiais não exercem jurisdição os tribunais estaduais, o que, na trilha da orientação recordada da Corte, afasta que lhes toque a competência para o **habeas corpus** impetrado contra coação resultante de suas decisões.

A diferença entre a hipótese do HC 71.524 e a da espécie é que, aqui, a mesma razão ilide igualmente a competência do Superior Tribunal de Justiça.

As turmas de recurso dos juizados especiais, com efeito, sob o prisma da hierarquia jurisdicional, estão – em aparentemente paradoxo –, em plano mais elevado que os tribunais de segundo grau da União e dos Estados, na medida em que – a exemplo dos Tribunais Superiores – sujeitam-se imediata e exclusivamente à jurisdição do Supremo Tribunal

Federal, dada a competência deste, e só dele, para rever suas decisões, mediante recurso extraordinário.

De tudo resulta que também e apenas a Corte Suprema é que detém competência para o julgamento do presente **habeas corpus**.

Assim, preliminarmente, conheço do pedido.

VOTO (MÉRITO)

O Sr. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE: – Dos fundamentos da impetração, é prejudicial o da incompetência do Juizado Especial para julgar o caso.

A Lei Estadual 5.466/91, que criou, no Estado da Paraíba, os Juizados Especiais de Pequenas Causas, prescreveu (fls. 88/95):

Art. 59 – Os Juizados Especiais Criminais terão competência privativa, nas Comarcas onde instalados, para processar e julgar, sob procedimento oral e sumaríssimo:

I – os crimes dolosos punidos com reclusão até um ano, ou de detenção até dois anos.

A incidência do dispositivo, na espécie, é indubitosa como anotou o parecer da Procuradoria-Geral (fls. 123/126):

De total improcedência é a alegação de incompetência do Juizado Especial para julgar o crime em exame, bastando transcrever a parte específica do acórdão censurado, **verbis**:

... Os embargantes foram denunciados e processados sendo, afinal, julgados e condenados pelo crime previsto no art. 135, do CP - Omissão de Socorro, cuja pena privativa de liberdade varia de um a seis meses de detenção, mesmo em caso de resultar a sua triplicação no caso de morte, como determina o parágrafo único, tomando-se por base o máximo da pena prevista no referido artigo, somente atinge 18 (dezoito) meses de detenção, enquanto que o previsto de acordo com o art. 59 da lei acima referida é de 24 (vinte e quatro) meses, portanto, a infração atribuída aos embargantes está dentro do conceito constitucional de

infração de pequeno potencial ofensivo, pois a Lei 5.466/91 é constitucional.

Resta claro, assim, que o Juizado Especial é competente para julgar o delito de omissão de socorro em sua forma qualificada.

Questiona, porém, o impetrante, a constitucionalidade do dispositivo legal de competência e pede se lhe declare incidentemente a invalidez.

O fundamento da arguição é pobre: estaria em "não especificar o preceito quais as infrações de menor potencial ofensivo, delimitando objetivamente a competência funcional daquele órgão", o Juizado Especial Criminal (fl. 4).

Ora, da gradação do potencial ofensivo das infrações penais, ocupa-se a lei penal, ao cominar a cada uma escala diversa de sanções, conforme a maior ou menor gravidade que lhe atribua.

As penas cominadas pela lei penal, de competência privativa da União, são, pois, a dimensão do potencial ofensivo do crime, sendo legítimo, portanto, que a lei processual as tome como parâmetro da competência do Juizado Especial.

Outro problema é o de saber da competência legislativa do Estado-membro para dispor a respeito.

A matéria é de processo penal, que a Constituição inclui na competência privativa da União.

Não obstante, o acórdão impugnado e, com ele, o parecer da Procuradoria Geral sustentam a constitucionalidade da lei local questionada, à luz da competência concorrente dos Estados para legislar sobre "criação, funcionamento e processo dos juizados de pequenas causas" (CF, art. 24, X), a qual seria plena, enquanto inexistente lei federal que dite normas gerais a respeito (CF, art. 24, § 3º).

Sucedee que o Tribunal – ao julgar, em 28.09.94, na ADIn 1.127, BROSSARD, o pedido de suspensão cautelar do art. 1º, I, da Lei 8.906/94 (EOAB) – vem de traçar a distinção entre o juizado de pequenas causas - objeto de norma de competência legislativa concorrente do art, 24, X, CF - e os juizados especiais **stricto sensu**, destinados ao julgamento de "causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo" (CF, art. 98, I).

Parece efetivamente que se cuida de instituições inconfundíveis.

A denominação "juizado de pequenas causas" é adequada aos órgãos judiciários instituídos, antes da Constituição, pela Lei 7.244/84, com alçada jurisdicional determinada exclusivamente pelo valor patrimonial da demanda e, por isso, despidos de competência penal.

Ao contrário, os "juizados especiais", a que alude o art. 98, I, da Constituição, tem sua competência cível determinada pela menor complexidade da causa – que não se define apropriadamente pelo valor econômico -, e competência penal para julgar infrações de menor potencial ofensivo, às quais, no entanto, seria igualmente sem pertinência, conforme o uso comum, a denominação de pequenas causas.

Ora, em matéria de processo, a Constituição só deferiu competência concorrente aos Estados com relação aos juizados de pequenas causas. Certo, também lhes deu competência legislativa concorrente para dispor sobre "procedimentos em matéria processual" (CF, art 24, XI), poder, entretanto, em cujo âmbito não é possível incluir os critérios de delimitação da competência penal dos juizados especiais.

Desse modo, declaro a inconstitucionalidade do art. 59, da Lei Est. 5.466/91, do Estado da Paraíba, por entender imprescindível a preexistência de lei federal à criação pelas unidades federadas de juizado especial com jurisdição penal.

Em consequência, defiro o **habeas corpus**, a fim de declarar nulo **ex radice** o processo a que responderam os pacientes: é o meu voto.

3. Ementário de Jurisprudência *

Turmas Recursais do Rio de Janeiro **

Descontos em mensalidades escolares a partir do segundo filho matriculado no mesmo estabelecimento de ensino – Cabimento– Aplicação do Decreto n° 3.200/41. No que concerne a incompetência absoluta do juízo, não ocorre qualquer lastro legal ao pedido porque trata-se de pretensão em que se objetivava à aplicação do art. 24 do Decreto-lei n° 3.200/41 que permite aos pais que possuem mais de um filho no mesmo estabelecimento de ensino a obter redução da mensalidade a partir do segundo filho. Este pedido foi cumulado com devolução das quantias anteriormente pagas. A sentença acolheu apenas patrimonial, não se podendo assim deixar de se aplicar o parágrafo segundo do art. 3° da Lei 7.244/84 que permite a opção pelo procedimento do Juizado de Pequenas Causas, o que contudo importará em renúncia ao crédito excedente. Esta norma é especial, a lei é posterior e assim não se aplica ao caso o inciso V do art. 259 do CPC. Finalmente entende o recorrente que a matéria se refere à aplicabilidade de uma norma revogada por constituições posteriores. Mas este fato é irrelevante porque o art. citado no referido decreto não está revogado como se vê no texto da lei e a sua discussão é perfeitamente cabível neste Juizado, eis que não ocorre as exceções previstas no parágrafo 1° do art. 3° da LPC. Quanto ao mérito o recorrente também não tem qualquer base em suas alegações, ao afirmar que o dispositivo em tela foi revogado pelo então Presidente da República, João Figueiredo, com base em Parecer da Consultoria Geral da República, porque uma lei só pode ser revogada por lei posterior. Ora, se o Presidente da República entendeu inconstitucional aquele dispositivo,

* Publicado no D.O. do Estado do Rio de Janeiro em 18.08.94.

** Organizado pelo Juiz LUÍS FELIPE SALOMÃO.

deveria providenciar os meios necessários à sua revogação. Não é demais lembrar que este Decreto que visou proteger a família se coaduna com outros dispositivos da época, como a lei da usura, a promessa com natureza real e a lei de luvas. Todos estes dispositivos com forte cunho social, sendo que o decreto em evidência não contraria sequer a Constituição Federal em vigor. Mantida a sentença, condenando-se o recorrente na verba honorária de 15% sobre o valor da causa (Acórdão da Primeira Turma do Conselho Recursal – Proc. 9.061/93 – Rel. Juiz SIDNEY HARTUNG BUARQUE).

Responsabilidade Civil – Cruzamento de via preferencial com fluxo intenso. Imprudência na condução de veículo automotor. A comprovação da culpa resulta na obrigação de indenizar. Indicação de orçamento que apresenta o menor valor a ser indenizado (Acórdão da Primeira Turma do Conselho Recursal – Proc. 5.942/93 – Rel^a Juíza MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).

Acidente de Trânsito – Irrelevante não ter a apelada conduzido o veículo no momento do evento. É parte legítima para requerer a indenização dos danos sofridos em veículo de sua propriedade. Intervenção de terceiros: não é admitida no rito da Lei nº 7.244, de 07.11.84, art. 10. Evento comprovado nos documentos e BRAT acostados nos autos. Culpa do motorista da apelante, art. 83, incisos VI e XXIII, letra **b**, da Lei nº 5.108, de 21.09.66, Código Nacional de Trânsito. Demonstrado o dano, o nexos causal e a culpa do motorista da apelante. Mantida a sentença. Negado provimento ao recurso. Custas pela apelante (Acórdão da 5^a Turma do Conselho Recursal – Proc. 8.306/92 – Rel^a Juíza KATYA MARIA MONNERAT MONIZ DE ARAGÃO DÁQUER).

Mandado de Segurança. Incabível contra decisão judicial transitada em julgado, não sendo pertinente, tampouco, para obstar a execução, utilizá-lo como sucedâneo dos embargos próprios ao processo de execução, cuja dilação probatória é inadmissível na via mandamental.

Indeferido (Acórdão da 3ª Turma do Conselho Recursal – Proc. 9.223/93 - Rel. Juiz FRANCISCO DE ASSIS MARTINS AMARAL).

Citação postal – Requisitos para validade do ato – Pessoa jurídica. Incomprovação do recebimento da missiva-citatória pelo destinatário ou por preposto. Desatendimento ao determinado pelo art. 19 da Lei nº 7.244/84. Nulidade do processo (Acórdão da Primeira Turma do Conselho Recursal – Proc. 60/94 – Relª Juíza MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).

Cobrança indevida de honorários profissionais por ocasião de celebração de contrato de locação. Ausência de relação jurídica entre o locatário e profissional que assiste a empresa locadora. Sentença mantida (Acórdão da 3ª Turma do Conselho Recursal – Proc. 7.963/93 – Relª Juíza MARIA INÊS DA PENHA GASPAR).

Furto de bicicleta em garagem de condomínio de edifício. Tolerância do condomínio em que os condôminos guardassem suas bicicletas na garagem. Comprovado que a bicicleta foi subtraída na garagem. Culpa **in vigilando** do Condomínio. Descumprimento do dever de guarda. Artigos 159 e 1.521, inciso III, do Código Civil. Comprovado o dano, o nexo causal e a culpa do apelante. Valor do bem não contestado. Descabe em apelação a alegação de o valor ser superior ao de mercado. Sentença mantida. Negado provimento ao recurso. Custas pela apelante (Acórdão da 5ª Turma do Conselho Recursal – Proc. 5.816/93 – Relª Juíza KATYA MARIA MONNERAT MONIZ DE ARAGÃO DÁQUER).

Responsabilidade Civil – Subtração de rádio toca-fitas de veículo estacionado na garagem de edifício onde o proprietário não é condômino. Subtração conseqüente de roubo. Ausência de culpa do condomínio. Provimento do recurso para, reformando a sentença, julgar improcedente a ação de indenização (Acórdão da Primeira Turma do Conselho Recursal – Proc. 5.106/92 – Relª Juíza MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).

Embargos de Declaração sob alegação de omissão sobre ponto relevante da defesa. Acórdão proferido em obediência ao artigo 46 da Lei nº 7.244/84. Embargos rejeitados (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. 6.307/93 – Relª MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).

Contrato verbal de locação de linha telefônica. Falta de comprovação da avença a título oneroso. Incabível a cobrança de quantia como aluguel (Acórdão da 3ª Turma Recursal – Proc. 9.164/93 – Relª Juíza MARIA INÊS DA PENHA GASPAR).

Consórcio de automóvel. Ação proposta por consorciado objetivando a devolução pela empresa administradora do consórcio do valor pago devidamente corrigido. Súmula nº 35 do STJ. Procedência do pedido (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. 8.973/93 – Rel. Juiz MANOEL ALBERTO RABELO DOS SANTOS).

Obrigação de fazer. Cumprimento da obrigação em razão de contrato de participação financeira firmado com empresa concessionária de serviço de telefonia antes do julgamento do recurso.

A indenização por perdas e danos é interpretada como danos morais e deve adequar-se ao limite estabelecido pela Lei 7.244/84. Incabível sentença condenatória por quantia ilíquida nos julgamentos proferidos no JEPC. Entendimento do art. 38 e parágrafo da Lei Especial (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. 2.329/93 – Relª Juíza MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).

Furto de toca-fitas no interior de garagem residencial. Manutenção de vigilância permanente dos veículos. Controle rígido das pessoas que ingressam e saem da garagem. Inoponibilidade da cláusula de não-indenizar. Sentença que se confirma. Indenização devida (Acórdão da 3ª Turma Recursal – Proc. 7.014/93 – Rel. Juiz FÁBIO DUTRA).

Veículo abalroado em local contendo placa proibindo estacionamento. Em dia de domingo essa proibição inexistente, face a

existência de feira "hippie" no local – Praça General Osório. O BRAT foi preenchido por policial que não compareceu ao local, baseando-se única e exclusivamente nas informações da autora, que não se referiu aos outros veículos envolvidos no acidente mencionados na inicial. Ausência de prova idônea do envolvimento do coletivo da empresa ré no acidente. Sentença reformada. Pedido improcedente (Acórdão da 3ª Turma Recursal – Proc. 5.051/92 – Relª Juíza MARIA INÊS DA PENHA GASPAR).

Contrato de Adesão – Cláusula potestativa – Inocorrência. Necessidade, no entanto, de comprovação de fato superveniente impeditivo do cumprimento da obrigação. Contrato firmado antes da edição da Lei nº 8.078/90, que instituiu o CDC. Inaplicabilidade dos dispositivos de natureza material e penal. Ato jurídico perfeito. Princípio da reserva legal. Incidência, contudo, das normas de caráter processual, de vigência imediata, inclusive quanto aos processos em andamento (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. 1.633/94 – Rel. Juiz MANOEL ALBERTO RABELO DOS SANTOS).

Revelia – Inocorrência – Pedido de adiamento devidamente justificado. Juntada seródia de petição sem responsabilidade da requerente. Nulidade da sentença que se declara para renovação da audiência de instrução e julgamento, possibilitando nova tentativa de conciliação e contestação ao pedido inicial (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. 7.114/93 – Rel – Juíza MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).

Ação objetivando devolução de sinal em dobro recebido por intermediária, Corretora de imóveis. Prova do repasse do valor do sinal aos proprietários do imóvel. Pedido improcedente. Sentença mantida (Acórdão da 3ª Turma Recursal – Proc. 8.417/93 – Relª Juíza MARIA INÊS DA PENHA GASPAR).

Execução por quantia certa fundada em título judicial. Desnecessidade de se fazer prova oral em audiência. Julgamento antecipado da lide. Possibilidade. Artigo 739, parágrafo único, do CPC.

Ausência de cerceamento de defesa. Juizado Especial de Pequenas Causas. Valor da causa. Juros. Limites da condenação. Honorários advocatícios. Litigância de má-fé. Caracterização. Art. 17, incisos II, IV e VI, do CPC. Inaplicabilidade do art. 3º da Lei nº 7.244/84, não havendo limite de valor para essas verbas. Inocorrência da hipótese prevista no art. 39, da mesma Lei (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. Nº 9.644/94 – Rel. Juiz MANOEL ALBERTO RABELO DOS SANTOS).

As partes comparecerão pessoalmente à sessão de conciliação e à audiência de instrução e julgamento, possibilitando possível acordo ou transação. A ausência do réu ou de seu preposto, em sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, redundará em revelia. Após decretar a revelia, a convicção do Juiz para prolatar a sentença resulta dos elementos de prova trazidos com a inicial. Entendimento do art. 9º, parágrafo 4º e art. 21 da Lei nº 7.244/84. Revelia mantida (Acórdão da 1ª Turma Recursal – Proc. 9.407/94 – Relª Juíza MARIA COLLARES FELIPE DA CONCEIÇÃO).